PERSPECTIVAS INSTITUCIONAIS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE ALIMENTOS EM SANTA MARIA/RS

Valéria Pinheiro BRACCINI1; Janaína Balk BRANDÃO2

*1.Mestranda em Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); 2.Professora orientadora. Universidade Federal de Santa Maria. UFSM.*

E-mails: [valurug@gmail.com](mailto:valurug@gmail.com) ; [janainabalkbrandao@hotmail.com](mailto:janainabalkbrandao@hotmail.com)

**Resumo:** Políticas de saúde em contextos descentralizados e autônomos como é o caso do Brasil, trouxeram desafios para o planejamento, gerência e avaliação do setor de saúde pública, exigindo articulação entre órgãos governamentais e participação popular na tomada de decisões. No Brasil, a Vigilância Sanitária está ligada ao Sistema Único de Saúde e cabe ao município programá-la, observando as leis federais e estaduais. O objetivo deste trabalho foi analisar a vulnerabilidade da segurança alimentar em Santa Maria/RS, comprovada pela interdição de restaurantes e distribuidoras de alimentos, no acompanhamento da rotina de ações da Coordenadoria de Fiscalização de Alimentos e Produtos Agropecuários, durante três meses do ano de 2016. Foram visitados 248 estabelecimentos comerciais e constatadas inúmeras condições higienicossanitárias insatisfatórias. Além da apreensão de produtos de origem animal impróprio para o consumo, houve a prisão de comerciantes reincidentes durante as ações de fiscalização. A segurança alimentar é priorizada nas ações de fiscalização ao inibir fraudes e garantir o acesso a alimentos de qualidade. No entanto, além da perspectiva punitiva, é necessário refletir sobre o papel formativo do setor público que faz a fiscalização e dos responsáveis pela construção de políticas públicas. Observou-se que é grande a distância entre a realidade dos estabelecimentos e o preconizado pelo Código Sanitário. Entre os fatores que reduzem a efetividade sanitária estão a negligencia de proprietários e colaboradores para com os critérios de fiscalização e estabelecimentos em situações precárias de organização e higiene, que são autuados ou interditados pelas ações de controle. A desinformação ou conivência de consumidores com os fatores de risco à saúde reduz a efetividade dos serviços prestados pela vigilância sanitária. Assim, a eficácia das ações de vigilância sanitária depende, além das ações de controle, de um processo de formação de proprietários e consumidores.

Palavras chave: vigilância sanitária, restaurantes, distribuidoras, apreensões.